



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Transporte Hidroviário (fluvial), conforme especificações técnicas detalhadas neste documento, com vistas a suprir as necessidades operacionais do Deracre.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. PARA REGISTRO	QUANT. PARA CONSUMO	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Serviço de Transporte Hidroviário (fluvial) em embarcação tipo balsa com rebocador com propulsão a motor, com capacidade mínima de 20 T	Km	12.000,00	6.000,00		
2	Serviço de Transporte Hidroviário (fluvial) em embarcação com propulsão a motor, com capacidade até 3 T	Km	8.000,00	4.000,00		
3	Serviços de Transporte Hidroviário (fluvial) de materiais diversos com pontão flutuante - 500 toneladas	Km	7.000,00	3.500,00		
TOTAL GERAL ESTIMADO						R\$



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

3. DA NATUREZA DO OBJETO

- 3.1. Os bens descritos neste certamente são classificados como bens de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva no edital de licitação, com base em especificações amplamente adotadas no mercado.

4. DOS PRAZOS DOS CONTRATOS E PRORROGAÇÃO

4.1. DA VIGÊNCIA

- 4.1.1. Os contratos oriundo das Atas de Registro de Preços terão sua vigência a partir da data de sua assinatura, com término em 31 de dezembro do exercício em curso, em observância ao princípio da anualidade orçamentária.

4.2. DE EXECUÇÃO

- 4.2.1. O prazo de execução do contrato será o mesmo que o prazo de vigência do contrato, ou seja, enquanto o contrato estiver em vigor, as partes contratantes deverão cumprir as obrigações estabelecidas no instrumento contratual. Em caso de prorrogação da vigência, o prazo de execução será automaticamente prorrogado, desde que as condições e a necessidade de continuidade do fornecimento se mantenham.

4.3. DA EFICÁCIA

- 4.3.1. A eficácia do contrato dependerá da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021. Para que o contrato e seus aditamentos produzam efeitos legais, é imprescindível que sejam publicados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de sua assinatura.

- 4.3.2. A publicação no PNCP é condição essencial para garantir a transparência e a publicidade dos contratos administrativos, permitindo que qualquer interessado tenha acesso ao conteúdo do contrato e aos termos de seus aditamentos. A falta de publicação no prazo legal implicará na ineficácia do contrato e na impossibilidade de sua execução, conforme determina a legislação vigente.

5. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 5.1. Após a homologação do resultado do certame, o adjudicatário será formalmente convocado pela Administração para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, conforme disposto no artigo 249 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

- 5.2. A convocação será acompanhada da consulta aos cadastros de inidoneidade e impedimentos, tais como o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). Além disso, será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação apresentadas no certame, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

- 5.3. Na hipótese de o adjudicatário:

- 5.3.1. encontrar-se inidôneo ou impedido de contratar com a Administração Pública;

- 5.3.2. não comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; ou



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 5.3.3. recusar-se a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido,
- 5.4. será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para que, após análise da proposta e de eventuais documentos complementares, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, proceda à assinatura do contrato nas mesmas condições ofertadas pelo adjudicatário original.
- 5.5. Caso nenhum dos licitantes classificados aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração poderá, observando o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:
- 5.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, visando obter melhores condições contratuais, mesmo que o preço seja superior ao do adjudicatário original;
- 5.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem classificatória, caso frustrada a negociação para obtenção de melhores condições.
- 5.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei.
- 5.7. Todas as convocações e atos relacionados serão formalmente registrados nos autos do processo licitatório, garantindo a transparência e o controle administrativo.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Transporte Hidroviário (fluvial), abrangendo deslocamentos em âmbito interestadual e municipal, mostra-se imprescindível para atender as demandas operacionais da Diretoria de Portos e Aeroportos do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuário do Estado do Acre – DERACRE.
- 6.2. A presente necessidade decorre da realidade geográfica do Estado do Acre, caracterizada por extensas áreas com restrições de acesso terrestre, o que inviabiliza o transporte exclusivo por rodovias em diversas regiões. Nessas localidades, o Transporte Hidroviário (fluvial) constitui o único meio viável para o deslocamento de insumos, equipamentos e materiais indispensáveis à execução de obras e serviços sob responsabilidade desta Autarquia, tais como pedra, areia, cimento, artefatos de concreto, concreto asfáltico e materiais betuminosos.
- 6.3. Além da rotina operacional, é necessário considerar a atuação emergencial em situações de calamidade pública, comuns na região amazônica, que demandam respostas rápidas para garantir a mobilidade da população e a manutenção do direito constitucional de ir e vir. A inexistência de um instrumento contratual adequado comprometeria a capacidade de pronta resposta do DERACRE, resultando em prejuízos ao interesse público e à segurança da coletividade.
- 6.4. Assim, a contratação de empresa especializada em Transporte Hidroviário (fluvial) configura-se como medida indispensável para assegurar a eficiência e a continuidade dos serviços prestados pela Autarquia, em conformidade com sua missão institucional de oferecer infraestrutura adequada, integrada e compatível com as especificidades regionais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Acre.

7. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

7.1. A presente contratação será estruturada por item, considerando as particularidades inerentes aos diferentes tipos de serviços de Transporte Hidroviário (fluvial) que poderão ser demandados pela Diretoria de Portos e Aeroportos do DERACRE, abrangendo deslocamentos em âmbito municipal e interestadual.

7.2. A análise da viabilidade técnica e da vantajosidade econômica do parcelamento foi realizada com base nos princípios da eficiência, economicidade e competitividade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. O parcelamento por item permite:

7.2.1. • **Ampla competitividade**, possibilitando a participação de empresas de diferentes portes e capacidades operacionais, inclusive aquelas que atuam em rotas específicas ou regiões determinadas;

7.2.2. • **Maior adequação às necessidades operacionais**, uma vez que cada item poderá contemplar características distintas, como distâncias, cargas transportadas e regiões de difícil acesso;

7.2.3. • **Racionalização de custos**, já que a concorrência por item tende a gerar propostas mais competitivas, assegurando melhor relação custo-benefício para a Administração.

7.3. Portanto, conclui-se que a estruturação da contratação por item é a alternativa mais adequada, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, atendendo aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa, da isonomia entre os licitantes e da eficiência na utilização dos recursos públicos.

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Transporte Hidroviário (fluvial), com abrangência interestadual e municipal, destinada a atender as demandas da Diretoria de Portos e Aeroportos do DERACRE. O contrato contemplará a disponibilização de embarcações apropriadas, tripulação qualificada, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como a execução de transportes planejados e emergenciais de insumos e materiais essenciais à execução de obras e serviços de infraestrutura em todo o Estado do Acre.

8.2. A prestação será realizada de forma programada ou sob demanda, conforme as necessidades operacionais do DERACRE, garantindo o transporte eficiente de insumos estratégicos como pedra, areia, cimento, artefatos de concreto, concreto asfáltico e materiais betuminosos, especialmente em áreas de difícil acesso. O contrato deverá prever mecanismos de resposta ágil para situações de urgência, calamidade pública e variações sazonais, assegurando a continuidade das intervenções de infraestrutura e a manutenção da mobilidade da população, tanto no verão quanto no inverno amazônico.

8.3. Para garantir transparência, ampla competitividade e economicidade, recomenda-se a adoção do procedimento de Pregão Eletrônico, utilizando o critério de julgamento pelo menor preço por item, de modo a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Com base na análise de viabilidade, propõe-se a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), por permitir maior flexibilidade na utilização dos serviços, conforme a demanda real e variável da Administração durante a vigência do contrato.

8.4. Portanto, recomenda-se a realização de licitação própria por meio do SRP, assegurando a aderência às necessidades institucionais do DERACRE, a eficiência administrativa e o cumprimento dos princípios da legalidade, economicidade e transparência, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021..



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 9.1. A execução do objeto contratual dar-se-á mediante emissão de Ordens de Serviço, emitidas pela Administração conforme as necessidades operacionais do DERACRE.
- 9.2. Cada Ordem de Serviço conterá de forma detalhada as especificações dos materiais, insumos ou equipamentos a serem transportados, bem como a definição do ponto de origem e do destino final, o prazo para execução e demais condições técnicas aplicáveis ao deslocamento.
- 9.3. O serviço será prestado sob demanda, observando-se as condições de navegabilidade dos rios, a disponibilidade de frota adequada e os padrões de segurança exigidos pela legislação vigente.
- 9.4. A empresa contratada deverá garantir disponibilidade de embarcações (balsas, barcos motores ou similares) compatíveis com os volumes e tipos de carga a serem transportados, assegurando a integridade dos materiais e o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos em cada Ordem de Serviço.
- 9.5. A fiscalização da execução contratual será realizada por servidores designados pelo DERACRE, que acompanharão todas as etapas da prestação do serviço, registrando ocorrências e atestando o efetivo cumprimento das Ordens de Serviço emitidas.
- 9.6. A execução do contrato observará os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, em estrita conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023, bem como com as demais normas e regulamentos aplicáveis à navegação interior e ao transporte hidroviário.

10. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

- 10.1. O valor estimado para a contratação em questão será mantido sigiloso, conforme previsto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista as seguintes justificativas:
- 10.1.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será divulgado apenas após o julgamento das propostas, visando proteger as informações sensíveis da licitação até o momento oportuno.
- 10.1.2. A escolha da modalidade Pregão, que prevê a fase de lances, justifica a necessidade de manter o orçamento sigiloso, uma vez que tal procedimento permite a competição direta entre os licitantes, estimulando a redução de preços e garantindo uma negociação mais vantajosa para a Administração.
- 10.1.3. O sigilo do orçamento contribui para que as propostas apresentadas sejam mais competitivas, permitindo que os licitantes ofereçam preços condizentes com o mercado, sem ter acesso ao valor estimado previamente divulgado, o que poderia distorcer a livre concorrência.
- 10.1.4. O sigilo também garante que, caso a licitante não atinja o preço estimado pela Administração, seja possível a negociação de preços, visando o reequilíbrio econômico-financeiro e a obtenção do melhor valor para a contratação.
- 10.1.5. Em conformidade com o art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o sigilo do orçamento não se aplica aos órgãos de controle interno e externo, que terão acesso à informação para garantir a transparência e o



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

acompanhamento da licitação.

10.2. Além disso, a natureza comum dos materiais a serem adquiridos e a estabilidade de seus preços no mercado reduzem os riscos de conluio ou manipulação de preços pelos licitantes.

10.3. Portanto, opta-se pela divulgação do orçamento estimado para esta contratação, visando assegurar a ampla concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

11.1.1. No SRP não será necessária a apresentação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo, contudo, obrigatória a indicação dos códigos do elemento de despesa e do item do material ou serviço no e-fisco.

11.1.2. Elemento de Despesa:

11.1.3. 3 3 90 39 00 00 - Outros Serviços de Terceiros;

11.1.4. Fonte de Recurso: 15000100 - Recursos Próprios.

11.1.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DOS BENEFÍCIOS PARA ME E EPP

12.0.1. **Dos Benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)**

12.0.2. Considerando que todos os itens desta contratação possuem valores unitários superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não será aplicável o tratamento diferenciado previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Dessa forma, a licitação será realizada sob a forma de ampla concorrência, sendo permitida a participação de empresas de qualquer porte.

13. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓCIO

13.1. É vedada a participação de empresas em consórcio em todas as fases deste certame, inclusive para fins de apresentação de proposta, celebração contratual ou execução do objeto.

13.2. A vedação se justifica em razão da baixa complexidade técnica e econômico-financeira da contratação, sendo plenamente viável a execução individual por empresa habilitada. Além disso, busca-se assegurar maior celeridade, clareza na responsabilidade contratual e eficiência na gestão do contrato.

13.3. A decisão encontra amparo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a vedação à participação consorciada quando devidamente motivada no interesse público.

14. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

14.1. DA MODALIDADE



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 14.1.1. Pregão eletrônico por sistema de registro de preço.
- 14.2. Do Critério de Julgamento
 - 14.2.1. a Licitação dar-se-á pelo critério de julgamento menor Preço por Item.
- 14.3. Modo de Disputa
 - 14.3.1. O certame ocorrerá pelo modo de Disputa aberto.
- 14.4. Da Justificativa para utilização do registro de preços
- 14.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição do objeto em tela, fundamenta-se na necessidade de garantir eficiência, economicidade e flexibilidade às contratações realizadas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 303 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
- 14.6. Dentre os motivos que justificam a utilização desse sistema, destacam-se:
 - 14.6.1. Os materiais objeto da aquisição são insumos essenciais para a execução contínua de obras e serviços públicos, demandando compras recorrentes ao longo do período contratual.
 - 14.6.2. Existe a previsão de fornecimento em lotes conforme a necessidade da Administração, o que possibilita um melhor gerenciamento do estoque e evita desperdícios.
 - 14.6.3. A demanda por esses materiais pode variar conforme a execução das obras e serviços, tornando inviável a definição exata das quantidades a serem adquiridas no momento da licitação. O SRP permite maior flexibilidade para atender essas variações.
 - 14.6.4. O sistema possibilita compras conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária do órgão, evitando comprometimentos financeiros desnecessários e otimizando a gestão dos recursos públicos.
 - 14.6.5. A utilização do SRP permite a uniformização dos processos de contratação e reduz a burocracia associada a múltiplas licitações, promovendo maior eficiência administrativa.
- 14.7. Dessa forma, a adoção do **Registro de Preços** atende aos critérios estabelecidos no **artigo 303 do Decreto Estadual nº 11.363/2023**, garantindo economicidade, eficiência e adequação às necessidades da Administração Pública.

15. DO PRAZO DE VALIDADE E CONDIÇÕES DA PROPOSTA

- 15.1. A proposta apresentada pelos licitantes terá prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do processo licitatório.
- 15.2. Durante o prazo de validade, os licitantes deverão manter os preços, condições e especificações ofertados, não sendo permitidas alterações, salvo por determinação ou anuência expressa da Administração.
- 15.3. A proposta deverá conter os seguintes dados do licitante:
 - 15.3.1. Razão social ou nome da empresa.
 - 15.3.2. Número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 15.3.3. A proposta deverá atender integralmente às exigências do edital, incluindo.
- 15.3.4. Especificações detalhadas do objeto contratual.
- 15.3.5. Percentuais e preços ofertados.
- 15.3.6. Condições de fornecimento.
- 15.3.7. Prazos de entrega.
- 15.3.8. Demais informações ou documentos solicitados no edital.
- 15.3.9. A proposta será desclassificada pela Administração nos seguintes casos:
- 15.3.10. Quando apresentar vícios insanáveis que comprometam sua validade.
- 15.3.11. Se não obedecer às especificações técnicas detalhadas no edital.
- 15.3.12. Quando os preços apresentados forem inexequíveis ou estiverem acima do orçamento estimado para a contratação.
- 15.3.13. Caso não seja possível demonstrar a exequibilidade dos preços, quando solicitado pela Administração.
- 15.3.14. Se apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que a irregularidade seja insanável.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Requisitos Econômico-Financeiros

- 16.1.1. A licitante deverá demonstrar, para fins de habilitação, capital mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

16.2. Requisitos de Qualificação Técnica

- 16.2.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante executado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, consistentes na prestação de serviços de transporte hidroviário (fluvial), em âmbito intermunicipal e/ou interestadual, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, a apresentação de cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) que deram origem ao(s) atestado(s).
- 16.2.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com o(s) emissor(es) do documento.
- 16.2.3. A empresa licitante deverá apresentar documento contendo a indicação do pessoal técnico e operacional, das embarcações, das instalações de apoio e dos equipamentos disponíveis para a execução do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada membro da equipe responsável pelos serviços, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 16.2.4. Também serão exigidos das empresas os seguintes documentos:
- 16.2.4.1. Registro ou inscrição da empresa licitante junto à Marinha do Brasil, ou perante a Capitania dos Portos competente, em conformidade com a legislação aplicável ao transporte aquaviário;
- 16.2.4.2. Comprovação de regularidade das embarcações que serão utilizadas na execução do contrato, mediante apresentação de documentação válida emitida pela Marinha do Brasil, comprovando o registro, a habilitação para navegação e a aptidão para transporte de passageiros e/ou cargas, conforme o caso;
- 16.2.4.3. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro funcional, ou mantém vínculo contratual, profissionais devidamente habilitados para a condução das embarcações, tais como comandante, mestre ou piloto fluvial, com certificação válida emitida pela Marinha do Brasil.
- 16.2.5. A comprovação de vínculo profissional dar-se-á:
- 16.2.5.1. por contrato de prestação de serviços celebrado nos termos da legislação civil;
- 16.2.5.2. ou por meio de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), acompanhada do respectivo registro de empregado, no caso de vínculo empregatício;
- 16.2.5.3. ou por declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional, assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional;
- 16.2.5.4. ou por meio de comprovação de vínculo societário constante do contrato social da empresa ou documento equivalente.
- 16.2.6. A empresa deverá, ainda, apresentar relação das embarcações disponíveis para execução dos serviços, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- 16.2.6.1. identificação da embarcação;
- 16.2.6.2. capacidade de transporte (passageiros e/ou carga);
- 16.2.6.3. tipo de embarcação;
- 16.2.6.4. situação de regularidade junto à autoridade marítima competente.
- 16.3. **Requisitos de habilitação**
- 16.3.1. Dar-se-á conforme Edital.
- 16.4. **Requisitos de habilitação jurídica**
- 16.4.1. Dar-se-á conforme Edital.
- 16.5. **Requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 16.6. Dar-se-á conforme Edital.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 17.1. É vedada a participação de empresas em consórcio em todas as fases deste certame, inclusive para fins de apresentação de proposta, celebração contratual ou execução do objeto.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

17.2. A vedação se justifica em razão da baixa complexidade técnica e econômico-financeira da contratação, sendo plenamente viável a execução individual por empresa habilitada. Além disso, busca-se assegurar maior celeridade, clareza na responsabilidade contratual e eficiência na gestão do contrato.

17.3. A decisão encontra amparo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a vedação à participação consorciada quando devidamente motivada no interesse público.

18. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. A Administração Pública, ao realizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte hidroviário (fluvial), deve incorporar critérios de sustentabilidade em todas as etapas do processo de contratação, conforme previsto no art. 25, §6º, da **Lei nº 14.133/2021**, e nas diretrizes do Decreto Estadual nº 11.363/2023, que orientam a adoção de práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas.

18.2. **Análise de Impacto Ambiental**

18.2.1. Deverão ser observadas as condições ambientais dos trajetos fluviais utilizados, considerando-se fatores como o risco de contaminação das águas, ruído, emissão de gases e resíduos sólidos. A empresa contratada deverá adotar **medidas preventivas e mitigadoras** de impactos ambientais durante a execução dos serviços, priorizando boas práticas de navegação sustentável e respeito às normas ambientais vigentes.

18.3. **Especificações Técnicas Sustentáveis**

18.3.1. As embarcações utilizadas deverão estar em **boas condições de conservação e manutenção**, de modo a garantir a eficiência energética e a redução de emissões poluentes. Recomenda-se o uso de motores com menor consumo de combustível e menor emissão de gases, bem como a adoção de procedimentos de manutenção preventiva para evitar vazamentos de óleo e combustíveis nos corpos d'água.

18.4. **Critérios de Habilitação Ambiental**

18.5. Será exigido que a licitante comprove a regularidade ambiental de suas atividades, mediante apresentação de:

Licença Ambiental de Operação (LO), emitida por órgão ambiental competente (IMAC ou congênere);

Certificação de regularidade junto à Capitania dos Portos, comprovando que as embarcações estão devidamente registradas e aptas à navegação;

Declaração de inexistência de sanções ambientais impeditivas, em consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente e o Decreto Estadual nº 11.363/2023.

18.6. **Logística e Operação Sustentável**

18.6.1. A empresa contratada deverá adotar práticas operacionais que reduzam o consumo de combustível, planejem rotas otimizadas e minimizem o impacto ambiental das operações fluviais. O transporte deverá priorizar condições seguras e ambientalmente adequadas, evitando derramamento de produtos ou materiais transportados.

18.7. **Gestão de Resíduos e Efluentes**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

18.7.1. Durante a execução dos serviços, a contratada deverá garantir a destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos e efluentes gerados a bordo das embarcações, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). É vedado o descarte de resíduos em rios, igarapés ou margens fluviais.

18.8. **Responsabilidade Socioambiental**

18.8.1. Será incentivada a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental, incluindo:

Treinamento da tripulação e demais colaboradores em boas práticas de sustentabilidade e segurança ambiental;

Cumprimento integral das normas trabalhistas e de segurança marítima, especialmente quanto às condições de trabalho e jornada da tripulação;

Participação, quando possível, em programas de compensação de emissões de carbono ou iniciativas de preservação de ecossistemas ribeirinhos.

18.9. **Monitoramento e Fiscalização**

18.9.1. A Administração realizará o acompanhamento contínuo da execução contratual, com foco no cumprimento dos requisitos de sustentabilidade. Poderão ser realizadas auditorias ambientais e inspeções técnicas periódicas, para verificar a conformidade das embarcações e das operações fluviais com as normas ambientais e contratuais.

19. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

19.1. **Da Ata de Registro de Preços**

19.1.1. A Ata de Registro de Preços (ARP) é o documento vinculativo e obrigacional, que constitui compromisso para futuras contratações, no qual são registrados os preços, fornecedores, órgãos participantes e as condições a serem observadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e nas propostas apresentadas pelos licitantes.

19.1.2. A ARP terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

19.1.3. Concluídas as fases de adjudicação e homologação, a Administração comunicará à licitante vencedora para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, proceda à assinatura da Ata de Registro de Preços.

19.1.4. O prazo acima poderá ser prorrogado, desde que haja solicitação formal e devidamente justificada pela licitante vencedora, ficando a prorrogação condicionada à aceitação da Administração.

19.1.5. Após a assinatura da ARP, e durante sua vigência, o órgão gerenciador poderá, a qualquer tempo e conforme a necessidade administrativa, convocar a detentora da ARP para a celebração do Termo de Contrato ou documento equivalente.

19.2. **Da Vigência dos Contratos Decorrentes**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

19.2.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração, devidamente justificado.

19.3. **Dos Meios de Assinatura**

19.3.1. **Meio Preferencial**

19.3.1.1. As Atas de Registro de Preços e os contratos delas decorrentes serão assinados preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

19.4. **Meios Alternativos**

19.4.1. Na hipótese de inoperância do sistema, a Administração poderá utilizar outros meios válidos de assinatura eletrônica ou física, tais como conta gov.br, certificado digital ICP-Brasil ou assinatura manual, conforme o caso.

19.5. **Penalidades por Recusa Injustificada**

19.5.1. A recusa injustificada em assinar a Ata, o contrato ou em retirar documento equivalente ensejará a aplicação das penalidades e sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

19.6. **Das Disposições Complementares**

19.6.1. **Aplicação das Minutas Anexas**

19.6.1.1. As demais condições aplicáveis à execução e gestão da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes constam da minuta da ARP e da minuta de contrato, anexas a este Termo de Referência.

19.6.2. **Integração de Dispositivos**

19.6.2.1. As minutas anexas integram este Termo de Referência em todos os seus efeitos, sem exclusão ou supressão das disposições aqui estabelecidas.

20. DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

20.1. Exigir o cumprimento integral do contrato pela Contratada, conforme os termos pactuados, incluindo prazos, quantidades e qualidade das prestação de serviços de Transporte Hidroviário (fluvial).

20.2. Fiscalizar e monitorar a execução contratual, podendo solicitar relatórios, documentos e informações que comprovem o fornecimento adequado dos insumos.

20.3. Aplicar sanções administrativas em caso de descumprimento contratual, conforme previsto na legislação vigente e no edital de licitação.

20.4. Recusar materiais que não atendam às especificações técnicas, determinando sua substituição ou outras medidas cabíveis.

20.5. Realizar medições periódicas, por meio do Boletim de Medição, a fim de verificar as quantidades entregues e os valores devidos.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 20.6. Interromper ou suspender o fornecimento em situações justificadas, como razões técnicas, administrativas ou por interesse público, mediante comunicação formal à Contratada.
- 20.7. Rescindir o contrato unilateralmente, nos casos previstos em lei, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 20.8. Fornecer todas as informações necessárias para a correta execução do contrato, incluindo locais de entrega e condições de recebimento.
- 20.9. Receber, conferir e atestar os materiais entregues, verificando a conformidade com as especificações e quantidades previstas no contrato.
- 20.10. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, conforme prazos e condições estabelecidos no contrato e mediante apresentação da documentação exigida.
- 20.11. Garantir a transparência e lisura do processo de fiscalização, assegurando que a Contratada tenha ciência de eventuais glosas ou apontamentos feitos nas medições.
- 20.12. Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade ou necessidade de adequação dos fornecimentos, garantindo prazo razoável para correções.
- 20.13. Disponibilizar equipe de fiscalização capacitada para acompanhar e validar a execução contratual, conforme exigido pela legislação e normas internas.
- 20.14. Manter registros detalhados das medições e do fornecimento, garantindo a rastreabilidade e a segurança jurídica do contrato.

21. DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADO

- 21.1. Receber os pagamentos devidos pela execução do contrato nos prazos e condições estabelecidos, conforme as medições realizadas e aprovadas pela fiscalização.
- 21.2. Pleitear a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação vigente, em situações que alterem as condições iniciais pactuadas.
- 21.3. Ter direito ao reajuste de preços, conforme previsto no contrato e na legislação aplicável, para manter o equilíbrio econômico-financeiro diante de variações inflacionárias.
- 21.4. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação direta.
- 21.5. Executar o objeto do contrato de acordo com as especificações, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos contratuais.
- 21.6. Atender às normas de segurança, ambientais e trabalhistas, incluindo a reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme exigido por lei.
- 21.7. Apresentar toda a documentação exigida para medição e pagamento, incluindo notas fiscais, relatórios e outros comprovantes necessários.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 21.8. Prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela Contratante, fornecendo informações sobre o andamento da execução contratual e outras pertinentes.
- 21.9. Assumir os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, isentando a Administração de quaisquer ônus decorrentes de inadimplência desses encargos.
- 21.10. Prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela Contratante.
- 21.11. Entregar/fornecer o objeto do contrato de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 21.12. Apresentar toda a documentação exigida para medição e pagamento.
- 21.13. Indicar preposto para representar e intermediar a execução do contrato.
- 21.14. Substituir o preposto quando solicitado pelo fiscal do contrato.
- 21.15. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 21.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 21.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

22. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 22.1. Não será exigida garantia contratual.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

24. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

- 24.1. Da Gestão

24.1.1. A gestão contratual terá por objetivo garantir a disponibilidade adequada do bem, serviço ou locação às unidades administrativas, incluindo seus colaboradores e público em geral.

24.1.2. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- 24.1.3. solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 24.1.4. emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- 24.1.5. indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- 24.1.6. dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- 24.1.7. quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- 24.1.8. acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- 24.1.9. analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- 24.1.10. observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- 24.1.11. decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- 24.1.12. quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- 24.1.13. analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- 24.1.14. tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- 24.1.15. exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- 24.1.16. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- 24.1.17. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- 24.1.18. acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 24.1.19. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 24.1.20. receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 24.1.21. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- 24.1.22. preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e
- 24.1.23. inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.
- 24.2. Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.
- 24.3. O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.
- 24.4. Da Fiscalização
- 24.4.1. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
- 24.4.2. O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 24.4.3. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Decreto.
- 24.5. A função de fiscal de contrato deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
- 24.5.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- 24.5.2. juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 24.5.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 24.5.4. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 24.5.5. informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 24.5.6. comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
- 24.5.7. adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;
- 24.5.8. realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- 24.5.9. proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 24.5.10. determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 24.5.11. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 24.5.12. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 24.5.13. emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;
- 24.5.14. verificar a correta aplicação dos materiais;
- 24.5.15. requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 24.5.16. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 24.5.17. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;
- 24.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 24.7. O representante da Administração Pública anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 24.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:
- 24.9. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 24.10. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 24.11. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 24.12. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- 24.13. a satisfação do público usuário.
- 24.14. O fiscal de contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 24.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.
- 24.16. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 24.17. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.
- 24.18. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

25. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

- 25.1. Serão objeto de medição os materiais efetivamente entregues pela contratada, observadas as respectivas unidades de medida. A medição será realizada periodicamente conforme a entrega do objeto, garantindo uma avaliação contínua e regular do progresso dos trabalhos. A medição será materializada em documento denominado Boletim de Medição.
- 25.2. A medição utilizará como referência a proposta apresentada no processo licitatório, considerando as quantidades e os preços unitários estabelecidos no contrato. Eventuais ajustes, conhecidos como glosas, serão aplicados aos valores medidos quando houver discrepâncias ou não conformidades detectadas pela fiscalização.
- 25.3. As medições serão realizadas periodicamente a cada 15 (quinze) dias.
- 25.4. Para validação da medição, será necessária a apresentação e conferência dos seguintes documentos pela equipe de fiscalização:
- a) Notas fiscais ou documento equivalente;
 - b) Relatório fotográfico, preferencialmente georreferenciado;
 - c) Termo de Recebimento Provisório, e



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

d) Outros documento quando solicitados pela a fiscal do contrato

25.5. Todos os documentos apresentados devem ser assinados pelos responsáveis técnicos e conferidos pela equipe de fiscalização, assegurando a veracidade e a conformidade das informações reportadas. A fiscalização valida a execução dos serviços e materiais listados no **Boletim de Medição**, garantindo que tudo esteja conforme os critérios estabelecidos e os padrões de qualidade esperados.

26. DO RECEBIMENTO

26.1. Os serviços de transporte hidroviário (fluvial) serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, logo após a execução de cada viagem ou etapa do serviço, mediante atesto do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação posterior da conformidade com as condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

26.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando executados em desacordo com as especificações contratuais, prazos, rotas, condições de segurança ou padrões de qualidade exigidos.

Nessas hipóteses, a contratada será notificada para refazer ou corrigir os **serviços** no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

26.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da conformidade dos serviços prestados, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo, atestando o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

26.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências complementares para aferição da execução, conferência de relatórios ou comprovação do atendimento integral das exigências contratuais.

26.5. Em caso de controvérsia quanto à execução dos serviços – envolvendo, por exemplo, divergência sobre rotas, horários, quantidade de viagens, capacidade de transporte, segurança ou condições de navegabilidade – será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a contratada ser comunicada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução, a fim de possibilitar a liquidação e o pagamento dessa parte.

26.6. O prazo para solução de inconsistências na execução dos serviços, bem como para o saneamento de falhas na Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

26.7. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não excluirá a responsabilidade civil da contratada quanto à segurança das embarcações, integridade dos passageiros, cargas e tripulação, bem como a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

26.8. Todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, tais como fornecimento de combustível, tripulação habilitada, equipamentos de segurança, manutenção das embarcações, licenças, autorizações e quaisquer outras exigidas pelos órgãos competentes, correrão por conta exclusiva da contratada,



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

constituindo condição essencial para o recebimento dos serviços pela Administração.

27. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

27.1. DA LIQUIDAÇÃO

27.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

27.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;

27.1.4. A data da emissão;

27.1.5. Os dados do contrato e do órgão contratante;

27.1.6. O período respectivo de execução do contrato;

27.1.7. O valor a pagar; e

27.1.8. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

27.1.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

27.1.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.1.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

27.1.11.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

27.1.11.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

27.1.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

27.1.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

27.1.14. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

27.1.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

27.2. DA FORMA DE PAGAMENTO

27.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

27.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

27.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

27.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27.2.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

27.2.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

27.2.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

27.2.8. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

28. DO REAJUSTE DE PREÇOS

28.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/09/2025.

28.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

28.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 28.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 28.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 28.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 28.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 28.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

29. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 29.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 29.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 29.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 29.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 29.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 29.2.4. **Multa:**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 29.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.
- 29.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 29.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 29.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 29.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 29.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 29.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 29.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 29.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 29.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 29.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 29.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 29.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 29.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 29.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 29.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 29.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 29.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 29.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 29.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 29.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 29.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 29.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 29.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 29.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 29.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 29.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

30. CONSIDERAÇÕES FINAIS



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026

- 30.15. A presente contratação tem por finalidade assegurar o atendimento das necessidades operacionais do DERACRE, garantindo a eficiência logística no transporte hidroviário (fluvial) de materiais, insumos, equipamentos e demais cargas essenciais às atividades institucionais do órgão, especialmente em localidades de difícil acesso terrestre.
- 30.16. O Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Estadual nº 11.363/2023, observando a economicidade, a eficiência, a transparência e a sustentabilidade na gestão dos recursos públicos.
- 30.17. A execução dos serviços deverá atender rigorosamente às condições técnicas e ambientais previstas, assegurando a segurança da navegação, a integridade das cargas transportadas, o cumprimento dos prazos e o respeito às normas ambientais e trabalhistas vigentes.
- 30.18. A contratação será formalizada mediante instrumento contratual próprio, precedido dos trâmites legais, e sua execução será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Administração, conforme dispõe o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 30.19. O sucesso da execução contratual dependerá da cooperação entre a contratada e a Administração, do cumprimento das obrigações pactuadas e da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que norteiam as contratações públicas.
- 30.20. Dessa forma, a presente contratação busca não apenas atender a uma necessidade operacional do DERACRE, mas também contribuir para a melhoria da infraestrutura logística fluvial do Estado, promovendo a integração regional, o desenvolvimento sustentável e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Thais Yule Cabral de Souza
Chefe de Departamento
Decreto 6.245 - P
Elaborador

Sócrates José Guimarães
Diretor de Portos e Aeroportos
Portaria nº 291/2024
Aprovador



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000008/2026



Documento assinado eletronicamente por **THAIS YULE CABRAL DE SOUZA**, em 15/04/2026, às 11:25, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **SOCRATES JOSE GUIMARAES**, em 15/04/2026, às 11:26, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP3AF842 E07EEA8C 46671680 D77AD1CA** e código CRC **0ACD17**